



## INTERPELAÇÃO ESCRITA

### **Dúvidas quanto às incertezas do atraso da Zona D dos Novos Aterros Urbanos e insistência no planeamento, no prazo previsto, dos terrenos retomados, para articulação com o acesso escalonado a habitação**

Quanto às questões relacionadas com os terrenos e a habitação que preocupam o público, o actual Governo salienta sempre que, com os terrenos dos novos aterros urbanos e os 81 terrenos retomados, com uma área superior a 700 mil metros quadrados, há recursos suficientes para criar um regime escalonado de acesso a habitação, mas, segundo uma opinião expressa a um deputado da AL por residentes atentos ao andamento das obras de aterro, a construção da Zona D dos novos aterros, com uma área de 580 mil metros quadrados, tem-se arrastado e, durante o actual mandato do Governo, não se registaram quaisquer avanços no desenvolvimento das obras. As incertezas recentemente reveladas sobre o plano dos novos aterros vão levar à suspensão das obras de aterro e à indefinição de uma calendarização para o desenvolvimento das habitações na Zona D. Quanto aos terrenos retomados, ainda não estão a ser desenvolvidos, e, na sua maioria, estão desaproveitados e sem plano de aproveitamento.

Pelo exposto, interpelo sobre o seguinte:

1. Para além da Zona A dos novos aterros, a Zona D pode proporcionar muitas habitações, mas as respectivas obras continuam atrasadas e sem qualquer progresso durante o actual mandato do Governo, o que levou à indefinição de uma calendarização para o desenvolvimento de habitações nesta zona. Isto é verdade? O Governo da RAEM veio repentinamente revelar que tinha apresentado ao Governo Central a possibilidade de desistir do plano de construção da Zona D, com uma área de 580 mil metros quadrados, o que



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

pode resultar numa grande redução das habitações a disponibilizar (sobretudo as 20 mil fracções previstas para as Zonas C, D e E). Será que esta redução vai acontecer?

2. Há atrasos e incertezas no desenvolvimento dos novos aterros urbanos, assim, o Governo tem a responsabilidade de proceder activamente ao planeamento dos terrenos retomados, para proporcionar um número adequado de habitações e para que os recursos de terrenos suficientes passem da abstracção à realidade. Isto vai ser feito?
3. O Governo salienta sempre que vai ponderar sobre a prioridade de construir habitação pública nos terrenos retomados, mas, de entre 81 terrenos, com uma área superior a 700 mil metros quadrados, cuja caducidade da concessão foi declarada pelo Governo, apenas o lote perto da Avenida Wai Long e o lote relacionado com o caso do “Pearl Horizon”, com áreas de cerca de 70 mil e 60 mil metros quadrados, respectivamente, estão destinados à construção de habitação pública. Assim sendo, o Governo deve definir, no prazo previsto, um terreno retomado com uma área adequada (por exemplo, pode compensar, atribuindo uma área idêntica à que estava destinada à habitação na Zona D), para a construção de diferentes tipos de habitações e habitação destinada aos residentes de Macau, para que estes possam ter casa própria. Vai fazê-lo?

3 de Novembro de 2020

**O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,  
Ng Kuok Cheong**